Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

Memória Técnica da 64ª Reunião do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural)

Grupo de Trabalho:	GT-Mananciais da CT-RN e CT-Rural
Reunião:	64ª Reunião
Data:	05/08/2022 – 9h às 12h
Local:	*Videoconferência – Google Meet: meet.google.com/akj-uphp-jxo*
Assunto(s) em discussão:	Nesta reunião, foi apresentada a proposta revisada de estudo para avaliação do impacto gerado pela infraestrutura verde na macrodrenagem, organizada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e foi discutido pelos membros os efeitos da Resolução Conjunta nº 4 da SAA/SIMA de 25/07/22.
Pauta:	1. Abertura; 2. Aprovação da minuta da Memória Técnica da 63ª Reunião, realizada em 08/07/22; 3. Informes: 3.1 Coordenação e membros; - Carta resposta a solicitação de informações do Consórcio PCJ a coordenação da CT-RN e Comitês PCJ / Agência PCJ; - Evento Produtor Rural como Produtor de Água - resultados obtidos; - Elaboração de projeto IZ/CATI/EMBRAPA para integração de Bacias Hidrográficas e Bacias Leiteiras (indicadores de disponibilidade e eficiência hídrica e apoio SSD); 4. Apresentação e a discussão da Resolução conjunta nº 4 da SAA/SIMA de 25/07/22; 5. Apresentação da proposta do IPT para a introdução de SbN / Política de Mananciais nos Planos de Macrodrenagem; 6. Atualização de Política de Mananciais: agenda de conversas complementares; 7. Palavra Aberta / Outros Assuntos; 8. Encerramento.
Conclusões e Encaminhamentos:	A reunião foi iniciada pelo coordenador do GT-Mananciais, o Sr. Denis Herisson (SAA/CATI), que agradeceu a presença de todos. O Srs. Miguel Milinski (AAMHOR) e João Demarchi (coordenador da CT-RN) agradeceram a presença de todos e desejaram boa reunião. Justificaram a ausência do Sr. João Primo Baraldi (coordenador da CT-Rural) por motivo de saúde. Quanto ao item 2, o Sr. Demarchi informou aos presentes sobre o envio da minuta de Memória Técnica da 63ª Reunião do GT-Mananciais, realizada em 08/07/22, junto com a convocação e abriu a palavra aos presentes para manifestações sobre o conteúdo. Não havendo manifestações, submeteu a minuta aos membros, sendo aprovada por unanimidade. Quanto ao item 3, o Sr. Denis abriu a palavra aos membros: a) o Sr. João Demarchi (IZ/APTA) informou que foi realizado um questionamento formal pelo Consórcio PCJ aos coordenadores da CT-RN, CT-Rural e GT-Mananciais sobre a existência de um Plano Diretor de Restauração Florestal (PDRF) nas Bacias PCJ. O Sr. Demarchi respondeu relatando o PDRF elaborado em 2017 e complementou com informações sobre o Caderno de Recuperação Florestal constante do Plano das Bacias PCJ. Informou que as ações estão contidas no Plano de Trabalho da CT-RN para o biênio 2022-2023; b) o Sr. Denis informou sobre a realização do *webinar* "O Produtor Rural como Produtor de Água" no dia 21/07/2022, com transmissão no *Youtube*. Informou que foram apresentadas 3 palestras, com os temas PSA em Piracicaba/SP, tecnologias aplicáveis ao setor e sobre a Política de Mananciais e seus programas. Convidou a todos para assistir, pois o vídeo está disponível no canal da Agência PCJ no *Youtube*; c) o Sr. Miguel Milinski (AAMHOR) informou da realização do "3º Encontro de Produtores Rurais de Campinas e Região", que aconteceu no dia 29/07/22 na sede da CATI em Campinas/SP. Informou que houve a apresentação sobre a Política de Mananciais e seus programas realizada pelo Sr. Sergio Razera, diretor-presidente da Agência PCJ. Destacou a importância de se conseguir trazer mais produtores para eventos como aquele e falou sobre a proposta de integrar no rol das ações financiadas pelo Pagamento por Serviços Ambientais

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

	a proteção e conservação de abelhas pelo serviço ecossistêmico de polinização e manutenção da biodiversidade que elas realizam; d) O Sr. Demarchi informou que está em elaboração um projeto executado pelo IZ, CATI e EMBRAPA para integração de Bacias Hidrográficas e Bacias Leiteiras como indicadores de disponibilidade e eficiência hídrica e apoio do Sistema de Suporte à Decisão (SSD-PCJ), correlacionando pontos como produção de leite, com boas técnicas referidas no processo de higienização e cuidado e sua relação com a qualidade das águas dos mananciais no entorno. Quanto ao item 4, o Sr. Denis informou que a inclusão desse item foi solicitada pelo Sr. Miguel Milinski (AAMHOR). Informou que essa nova legislação "estabelece procedimentos para a análise e emissão de atos administrativos de cadastro ou outorga para interferências em recursos hídricos e de licenciamento ambiental para a implantação de barramentos e reservatórios destinados às atividades agrossilvipastoris". Destacou que um ponto de atenção está no fato da legislação estabelecer a liberação de autorização para supressão de matas ciliares para reservatórios com até 2 ha de lâmina d'água e que no artigo 5º fica ambígua a delimitação da área de preservação permanente com "largura idêntica à do curso d'água a ser represado", onde há que entender como será essa área e como será sua recuperação, se a área estiver em regeneração em estado pioneiro ou secundário. A Sra. Jeanne Le Bourlegat (SIMA/CFB) complementou informando que as características dos estágios de regeneração da vegetação estão definidas na Resolução CONAMA nº 1, de 31 de janeiro de 1994. O Sr. Denis reforçou que o tema e a regulamentação dessa resolução são complexos e convém retomá-las em uma pauta futura com vistas a compreender melhor as suas determinações. A proposta foi aprovada por todos. Quanto ao item 5, o Sr. Demarchi convidou a Sra. Aline Ribeiro (IPT) que informou sobre as discussões realizadas na última reunião do GT-Mananciais, informou que foram realizadas duas reuniões com os técnicos do IPT e uma nova proposta de trabalho foi formulada. Sobre essa proposta, ela informou que a execução de parte do trabalho ocorrerá com apoio de pesquisadores da Faculdade Politécnica (Poli) da Universidade de São Paulo (USP). A Sra. Sofia Campos (IPT) complementou informando que a proposta da USP é que seja apresentado um modelo distribuído, fazendo essa quantificação e avaliando as possibilidades de agregar esse método no dimensionamento e apresentá-las para os projetistas. A Sra. Aline apresentou, que após a análise interna, a nova proposta metodológica de atuação no projeto ficou assim: mapeamento das áreas prioritárias para infraestrutura verde e principais áreas de contribuição de vazão e sedimento, estabelecimento das estratégias para cada área prioritária indicada para a zona rural, conversa com os projetistas especialistas no estudo de macrodrenagem urbana, avaliação e seleção de modelos hidrológicos para simulação de cenários de adoção de soluções na área rural, modelagem hidrológica preditiva para testar cenários de adoção das tipologias, dimensionamento do impacto da adoção de infraestruturas verdes para regularização de vazão e diminuição da geração de sedimentos e a devolutiva para os projetistas. A proposta após a remodelação, ficou dividida em 7 etapas, com previsão de execução em 18 meses com estimativa de investimentos de R$ 2.000.500,00, construídas a partir da experiência do IPT em trabalhos anteriores e necessidades identificadas pelos técnicos das Bacias PCJ. A proposta é atuar em áreas prioritárias na área rural, devido ao menor custo de oportunidade da terra e para atender a demanda gerada nos estudos de macrodrenagem dos Comitês PCJ, para os Rios Jundiaí e Capivari. Após a apresentação, o Sr. Denis agradeceu a explanação e abriu para considerações onde foi solicitada a palavra pelos Srs. Petrus Weel (Cooperativas de Holambra/SP), Miguel Milinski (AAMHOR), Claudia Grabher (INEVAT), Denis Herisson (SAA/CATI) e Maria Carolina Hertel (DAE Jundiaí), que explanaram sobre a potencialidade do foco estar na zona rural, o impacto da infiltração da água no meio rural para redução de curvas de cheias nas bacias hidrográficas, o potencial de eficiência de uso dos recursos confrontando o investimento deste estudo com as economias de recursos de obras para controle na macrodrenagem, possibilidade de replicação dos estudos em outras áreas das Bacias PCJ, as potencialidades de contribuição que os pesquisadores da Poli-USP podem trazer para o estudo, a incorporação dos resultados do estudo pelos técnicos das

	prefeituras, propostas de compensações de obras que causem problemas de drenagem na bacia e a efetiva municipalização de políticas públicas regionais e nacionais. Após os debates, o Sr. Demarchi agradeceu a colaboração de todos e colocou em apreciação a proposta, sendo aprovado por todos. O Sr. Demarchi solicitou que a Sra. Aline Ribeiro finalize a redação e encaminhe a proposta para ser disponibilizada para a Agência PCJ para a construção do Termo de Referência (TR) e tramitação necessária. Quanto ao item 6, o Sr. Demarchi informou que para haver uma aceleração do processo de atualização da Política de Mananciais das Bacias PCJ, alguns membros estão planejando realizar reuniões presenciais para discutir e redigir uma minuta de deliberação proposta para atualização da Políticas de Mananciais. Mas ressaltou que não estão autorizados, no âmbito dos Comitês PCJ, reuniões presenciais. Assim, o grupo optou por realizar uma reunião não oficial no âmbito do GT-Mananciais, de forma presencial, apenas para pessoas interessadas, que foi agendada para ser realizada no IZ no dia 09/09/2022, às 13h30. Como nesta data estava planejada uma reunião do GT-Mananciais, foi proposto o cancelamento da reunião que seria realizada no dia 09/09, sendo aprovada por todos. Quanto ao item 7, o Sr. Demarchi questionou sobre demais assuntos: a) a Sra. Jeanne Le Bourlegat (SIMA/CFB) informou que realizou uma conversa interna e solicitou o agendamento posterior de uma reunião entre as partes para planejar e organizar como seria a forma de atuar no Grupo de Trabalho, no âmbito da Agência PCJ, com a SIMA, assim como foi estabelecido com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento no GT-SAA. O Sr. Demarchi informou que entraria em contato com os responsáveis da Agência PCJ para intermediar essa ação. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Denis Herisson (SAA/CATI) agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.
Próxima reunião:	65ª Reunião – 07/10/2022 às 9h.
Observações:	Política de Mananciais dos Comitês PCJ - link Plano Diretor Florestal das Bacias PCJ - link Caderno CRF do Plano de Bacias PCJ 2020-2035 - link Plano de Trabalho das CTs 2022-2023 - link Vídeo do *webinar* "O Produtor Rural como Produtor de Água" - link Resolução Conjunta SAA/SIMA nº 04 de 25 de julho de 2022 - link Resolução CONAMA nº 1, de 31 de janeiro de 1994 - link Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Jundiaí - link
Responsável pela redação:	Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

	Participantes – Nome completo (Entidade)
1	Adriana Sacioto Marcantonio (APTA/SAA)
2	Aline Ribeiro Machado (IPT)
3	Claudia Grabher (INEVAT)
4	Denis Herisson da Silva (CATI e SAA)
5	Henrique Bracale (TNC)
6	Jeanne Marie Garcia Le Bourlegat (SIMA/CFB)
7	João José Assumpção de Abreu Demarchi (IZ/APTA)
8	Kaique Barretto (Agência das Bacias PCJ)
9	Luiz Claudio Pires P. Junior (Agência das Bacias PCJ)
10	Luiza Ishikawa Ferreira (Jaguatibaia)
11	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (DAE Jundiaí)
12	Mateus de Oliveira Ismael (Agência das Bacias PCJ)

13	Miguel Madalena Milinski (AAMHOR e DAAE - Rio Claro)
14	Paola Mandetta Tokumoto (P.M. de Charqueada)
15	Paula Souza (P.M de São Pedro)
16	Petrus Bartholomeus Weel (Cooperativas de Holambra)
17	Renato Cesar Lopes Gomes (AEAAV)
18	Roberto Mario Polga (Consórcio Piraí)
19	Simone Raymundo Oliveira (IZ/APTA)
20	Sofia Julia Alves Macedo Campos (IPT)
21	Tainá Moura (Agência das Bacias PCJ)
22	Tiago Georgette (Agência das Bacias PCJ)